



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
DO MAR, DO AMBIENTE  
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

2013

# *Orçamento do Estado*

**Debate Parlamentar**

**Comissão Parlamentar de Agricultura e do Mar**

**Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local**

MAMAOT

OUTUBRO 2013

# ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>DESPESA CONSOLIDADA GLOBAL .....</b>	<b>5</b>
1.1.	ANÁLISE GLOBAL DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013 .....	5
1.2.	ANÁLISE COMPARATIVA DA DESPESA POR SUBSECTORES DE ATIVIDADE (DOTAÇÕES INICIAIS) .....	6
1.2.1.	SUBSECTOR ESTADO .....	6
1.2.2.	SUBSECTOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS.....	8
1.2.3.	ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS – EPR .....	9
1.3.	ANÁLISE DO ORÇAMENTO GLOBAL, POR AGRUPAMENTO DE DESPESA .....	9
<b>2.</b>	<b>INVESTIMENTO DO MAMAOT.....</b>	<b>10</b>
2.1.	ENQUADRAMENTO .....	10
2.1.1.	PROJETOS DE INVESTIMENTO – AGRICULTURA E FLORESTAS.....	12
2.1.2.	PROJETOS DE INVESTIMENTO – MAR.....	13
2.1.3.	PROJETOS DE INVESTIMENTO – AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO .....	14
2.2.	QUADROS SÍNTESE.....	15
2.3.	INVESTIMENTO – PRODER.....	21
2.4.	ORÇAMENTO IFAP, IP .....	22
<b>3.</b>	<b>RECURSOS HUMANOS.....</b>	<b>24</b>
3.1.	ANÁLISE DOS EFETIVOS .....	24
3.2.	CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM SME .....	26
3.3.	DIRIGENTES PRÉ E PÓS PREMAC .....	26
3.4.	CONTRATOS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	27
3.5.	APOSENTAÇÕES .....	27

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

### SIGLAS

AFN – Autoridade Florestal Nacional  
APA – Agência Portuguesa do Ambiente, IP  
ARH – Administrações das Regiões Hidrográficas  
CCDR – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional  
CCDRAlg - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve  
CCDRAlt - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo  
CCDRRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro  
CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo  
CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte  
CI – Contrapartida Interna  
CNA – Conselho Nacional da Água  
CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
DGADR – Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural  
DGAV – Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária  
DGPA – Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura  
DGPM – Direcção-Geral da Política do Mar  
DGRM – Direcção -Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos  
DGT – Direcção Geral do Território  
DGV – Direcção-Geral de Veterinária  
DRAPAlent - Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo  
DRAPAlg - Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve  
DRAPC - Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro  
DRAPLVT - Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo  
DRAPN – Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte  
EMAM - Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar  
EMEPC - Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental  
EPR – Entidades Públicas Reclassificadas  
ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços das Águas e dos Resíduos  
FC – Financiamento Comunitário  
FEP – Fundo Europeu para a Pesca  
FN – Financiamento Nacional  
FPC – Fundo Português do Carbono  
FSSA+ - Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais  
GPIAM – Gabinete de Prevenção e Investigação dos Acidentes Marítimos  
GPP – Gabinete de Planeamento e Políticas  
ICBN – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade  
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas  
IFAP, IP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas  
IGAMAOT – Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território  
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.  
INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.  
INRB – Instituto Nacional dos Recursos Biológicos  
IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera  
IVDP – Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, IP  
IVV – Instituto da Vinha e do Vinho, IP  
LEO – Lei do Enquadramento Orçamental  
MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território  
MDN – Ministério da Defesa Nacional  
MEC - Ministério da Educação e Ciência  
MEE - Ministério da Economia e Emprego  
MFEEE – Mecanismo Financeiro de Espaço Económico Europeu  
MONICAP - Sistema de Monitorização Contínua da Atividade da Pesca

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

OE – Orçamento de Estado  
OF – Orçamento de Funcionamento  
PCP – Política Comum da Pesca  
PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central  
PNGR – Plano Nacional de Gestão de Resíduos  
POLIS – Gabinete Coordenador do Polis  
POVT - Programa Operacional Temático da Valorização do Território  
PREMAC - Plano de Redução e Melhoria da Administração Central  
PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente  
PROLUNP – Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro  
PROMAR – Programa Operacional Pesca 2007-2013  
QET – Quadro especial transitório  
RG – Receitas Gerais  
RP – Receitas Próprias  
RRN – Programa da Rede Rural Nacional  
SEA – Secretaria de Estado da Agricultura  
SEAOT – Secretaria de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território  
SEFDR – Secretaria de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural  
SEM – Secretaria de Estado do Mar  
SFA – Serviços e Fundos Autónomos  
SG – Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território  
SI – Serviços Integrados  
SI2P – Sistema Integrado de Informação das Pescas  
SIFICAP - Sistema integrado de vigilância, fiscalização e controlo das atividades da pesca  
SIGO - Sistema de Informação de Gestão Orçamental  
SINERGIC – Sistema nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral  
SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado  
SME - Sistema de Mobilidade Especial  
SPA – Sector Público Administrativo  
VTS - Vessel Traffic Services – Controlo do Trafego Marítimo

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

### 1. DESPESA CONSOLIDADA GLOBAL

#### 1.1. ANÁLISE GLOBAL DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013

A dotação inicial proposta para o Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT) para o ano de 2013, ascende a **1 879,4 M€**, distribuídos de acordo com o quadro *infra*:

Áreas	Orçamento	Orçamento	Δ % (3) = [ (2)-(1) ] / (1)	Unid.: M € Estrutura % em 2013
	2012 (1)	2013 (2)		
<b>SUBSECTOR ESTADO</b>	<b>592,8</b>	<b>548,8</b>	<b>-7,4%</b>	<b>24,9%</b>
1. Funcionamento Normal	403,4	371,0	-8,0%	16,8%
11- Com Cobertura Rec. Gerais	260,1	263,0	1%	11,9%
12- Com Cobertura Rec Consignadas	143,3	108,0	-24,6%	4,9%
2. Projectos	189,4	177,8	-6,1%	8,1%
2.1- Financiamento Nacional	164,5	158,7	-3,5%	7,2%
2.2- Financiamento Comunitário	24,8	19,1	-23,0%	0,9%
<b>SUBSECTOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS</b>	<b>1.524,9</b>	<b>1.526,3</b>	<b>0,1%</b>	<b>69,3%</b>
<b>EMPRESAS PÚBLICA RECLASSIFICADAS</b>	<b>137,7</b>	<b>128,1</b>	<b>-7,0%</b>	<b>5,8%</b>
<b>TOTAL NÃO CONSOLIDADO</b>	<b>2.255,4</b>	<b>2.203,2</b>	<b>-2,3%</b>	<b>100,0%</b>
Consolidação Transferências entre Subsectores	274,1	323,8	18,1%	
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>	<b>1.981,3</b>	<b>1.879,4</b>	<b>-5,1%</b>	

Fonte: SIGO - Sistema de Informação de Gestão Orçamental

Comparando o orçamento inicial do ano de 2012, com a proposta de orçamento para o ano de 2013, observa-se um decréscimo de **5,1%** (101,9M€), em resultado da diminuição do *plafond* atribuído ao MAMAOT, não obstante o aumento da contribuição para a CGA e a reposição de um subsídio (16M€), bem como a integração de serviços/organismos oriundos de outros Ministérios (22M€).

O orçamento do MAMAOT, para o ano de 2013, evidencia o esforço de reestruturação orgânica do Ministério, que culminou com a redução de 17 entidades e a integração de estruturas oriundas do Ministério da Economia e Emprego (MEE) e do Ministério da Educação e Ciência (MEC), designadamente do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM) e o Instituto de Meteorologia, IP (IM).

Uma análise da despesa, permite constatar, no que concerne ao subsector Estado uma redução global de 7,4% (44M€), sendo a sua distribuição de cerca de 8% (32,4M€) em funcionamento e 6,1% (11,6M€) em projetos de investimento.

No que respeita ao subsector dos serviços e fundos autónomos (SFA) regista-se uma ligeira variação positiva de 0,1% explicada, em grande medida, pela reposição de um subsídio e pela integração de novas entidades no universo do MAMAOT.

Quanto às entidades públicas reclassificadas (EPR) regista-se uma redução de 7% (9,6M€).

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

### 1.2. ANÁLISE COMPARATIVA DA DESPESA POR SUBSECTORES DE ATIVIDADE (DOTAÇÕES INICIAIS)

#### 1.2.1. SUBSECTOR ESTADO

##### ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO – VALORES GLOBAIS

No âmbito do subsector estado, o montante total do **Orçamento de Funcionamento (OF)** do MAMAOT, para o ano de 2013, é de **371,0 M€**, dos quais 263,0 M€ proveniente de receitas gerais (RG) e 108,0 M€ de receitas próprias (RP) conforme quadro *infra*.

Fonte de Financiamento	Orçamento 2011	Orçamento 2012	Orçamento 2013	Δ %	Estimativa Exec. 2012	Δ %
	(1)	(2)	(3)	(4)=[ (3)-(2) ] / (2)	(5)	(6)=[ (3)-(5) ] / (5)
Receitas Gerais	343,3	260,1	263,0	1,1%	279,3	-5,8%
- Receitas Consignadas	107,4	103,4	74,1	-28,3%		
- Fundos Comunitários (Comp. Comunit. Proj. co-financiados)	25,8	39,9	33,8	-15,2%		
Receitas Próprias	133,1	143,3	108,0	-24,6%	105,8	2,1%
<b>TOTAL MAMAOT</b>	<b>476,4</b>	<b>403,4</b>	<b>371,0</b>	<b>-8,0%</b>	<b>385,0</b>	<b>-3,6%</b>

Fonte: SIGO

Face aos valores orçamentados para o orçamento de funcionamento, mantém-se a tendência de descida iniciada no ano de 2012. Comparando os anos de 2011 e de 2013, a diminuição é de 22,1% (105,4M€). Já em relação ao ano de 2012, a diminuição é de 8% (32,4M€) resultado, em grande parte, da contração de 24,6% (35,3M€) em Receitas Próprias. Esta redução é essencialmente explicada pela alteração do estatuto de autonomia de dois serviços integrados (SI) (Agência Portuguesa do Ambiente, IP e a ex – Autoridade Florestal Nacional) para o universo dos SFA, originando um impacto positivo nesse subsector.

Se efectuada uma análise orgânica por capítulos, a dotação inicial para 2013, quando comparada com os anos de 2011 e de 2012, evidencia um decréscimo de despesa em todos os capítulos da orgânica do MAMAOT, com a exceção do capítulo 5 – serviços de investigação. Este aumento, deve-se essencialmente à integração do Instituto de Meteorologia, entidade oriunda do MEC, no Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), conforme se verifica no quadro *infra*.

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

Unid.: M€

CAPITULOS	Orçamento 2011 (1)	Orçamento 2012 (2)	Orçamento 2013 (3)	Δ 2013/2012	Δ 2013/2012
Gabinetes	6,8	4,5	4,6	0,1	2,2%
<b>CAPÍTULO 01 – GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO</b>	<b>6,8</b>	<b>4,5</b>	<b>4,6</b>	<b>0,1</b>	<b>2,2%</b>
Secretaria-Geral	27,7	19,4	18,2	-1,3	-6,5%
Gabinete de Prevenção e Investigação dos Acidentes Marítimos			0,2	N/D	N/D
Gabinete de Planeamento e Políticas - Funcionamento / GPP	11,6	9,3	8,1	-1,2	-12,5%
Inspecção Geral da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	6,1	4,8	4,4	-0,4	-8,8%
Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental	5,2	4,2	3,3	-1,0	-23,0%
Conselho Nacional da Água	0,1	0,1	0,1	0,0	-2,3%
Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	0,3	0,2	0,2	0,0	-3,9%
<b>CAPÍTULO 02 – SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO E CONTROLO</b>	<b>50,9</b>	<b>38,1</b>	<b>34,4</b>	<b>-3,7</b>	<b>-9,6%</b>
Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	8,6	6,9	4,2	-2,7	-39,0%
Autoridade Florestal Nacional / ICNF	30,5	25,8	24,3	-1,4	-5,6%
Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura / DGRM	6,6	4,5	6,2	1,8	39,6%
Direcção Geral de Política do Mar			0,7	N/D	N/D
Direcção-Geral da Veterinária / DGAV	18,5	17,4	19,8	2,3	13,4%
IFAP - Transferências OE	81,2	64,7	63,7	-1,1	-1,7%
<b>CAPÍTULO 03 – SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO NO SECTOR DA AGRICULTURA, FLORESTAS E PESCAS</b>	<b>145,5</b>	<b>119,3</b>	<b>118,9</b>	<b>-1,1</b>	<b>-0,3%</b>
Direcções Regionais de Agricultura e Pescas	60,3	50,8	49,7	-1,0	-2,1%
<b>CAPÍTULO 04 – SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>	<b>60,3</b>	<b>50,8</b>	<b>49,7</b>	<b>-1,0</b>	<b>-2,1%</b>
Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I.P. - Transf. O.E - INIAV	25,7	20,8	16,0	-4,8	-23,2%
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. - Transf. O.E			13,1	N/D	N/D
<b>CAPÍTULO 05 – SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO</b>	<b>25,7</b>	<b>20,8</b>	<b>29,1</b>	<b>-4,8</b>	<b>39,5%</b>
Agência Portuguesa do Ambiente	24,7	5,2	3,9	-1,3	-24,5%
Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional	20,3	14,5	15,3	0,8	5,7%
Direcção-Geral do Território	9,1	6,9	7,0	0,2	2,5%
<b>CAPÍTULO 06 – SERVIÇOS NA AREA DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>	<b>54,1</b>	<b>26,6</b>	<b>26,3</b>	<b>-0,3</b>	<b>-1,2%</b>
<b>SUB-TOTAL FUNCIONAMENTO</b>	<b>343,3</b>	<b>260,1</b>	<b>263,0</b>	<b>-10,9</b>	<b>1,1%</b>
<b>DOTAÇÕES COM COBERTURA DE RECEITAS CONSIGNADAS</b>	<b>133,1</b>	<b>143,3</b>	<b>108,0</b>	<b>-35,3</b>	<b>-24,7%</b>
<b>TOTAL MAMAOT</b>	<b>476,4</b>	<b>403,4</b>	<b>371,0</b>	<b>-32,4</b>	<b>-8,0%</b>

Fonte: SIGO

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

### 1.2.2. SUBSECTOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS VALORES GLOBAIS

No que respeita ao subsector dos SFA, se comparado o orçamento proposto para 2013 com a dotação inicial de 2012, verifica-se um aumento de 0,1% (1,4M€).

Este aumento é explicado, por um lado pela integração, como anteriormente referido, de duas entidades (APA, IP e ex-AFN), o que evidencia um aumento das despesas financiadas por receitas próprias e por outro lado pelo decréscimo da despesa relacionada com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), por via da redução do investimento em infraestruturas e equipamentos, conforme quadro *infra*.

Organismo	Orçamento	Orçamento	Orçamento	Unid.: M€
	2011 (1)	2012 (2)	2013 (3)	Δ % [ (3)-(2) ] / (2)
Fundo Portugues do Carbono	24,7	53,9	53,4	-1,0%
Fundo de Intervenção Ambiental	1,0	1,0	2,3	133,6%
Fundo Protecção Recursos Hidricos	17,0	17,0	15,0	-11,5%
Inst. Vinha e do Vinho	12,3	11,8	11,0	-7,1%
Inst. Financ. Agricultura e Pescas	868,0	1.020,2	969,1	-5,0%
Inst. Dos vinhos do Douro e Porto	9,7	9,6	9,7	1,2%
Com. Coordenação Desenv. Reg. Norte	24,5	24,6	29,1	18,4%
Com. Coordenação Desenv. Reg. Centro	15,9	10,4	10,3	-0,5%
Com. Coordenação Desenv. Reg. Lisboa e Vale do Tejo	11,1	7,2	12,6	75,0%
Com. Coordenação Desenv. Reg. Alentejo	10,2	6,6	6,7	2,2%
Com. Coordenação Desenv. Reg. Algarve	5,3	4,8	6,7	39,3%
Inst. Nacional dos Recursos Biológicos / INIAV	49,9	40,6	26,5	-34,8%
Inst. Conservação da Natureza e da Biodiversidade	28,5	21,3	76,3	258,1%
Agência Portuguesa do Ambiente				N/D
Administração da Região Hidrografica do Norte	10,8	7,2		N/D
Administração da Região Hidrografica do Centro	11,2	11,8		N/D
Administração da Região Hidrografica do Tejo	18,4	14,9	86,3	N/D
Administração da Região Hidrografica do Alentejo	7,5	3,7		N/D
Administração da Região Hidrografica do Algarve	6,9	4,9		N/D
Entidade Reguladora dos Serviços das águas e dos Resíduos	6,3	7,4	7,9	6,9%
Instituto Portugues do Mar e da Atmosfera, I.P.			45,3	N/D
Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais			15,0	N/D
Fundo para a conservação da Natureza e da Biodiversidade	1,1	1,1		N/D
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	109,2	92,4	40,0	-56,7%
<b>Sub-Total</b>	<b>1.249,5</b>	<b>1.372,3</b>	<b>1.423,4</b>	<b>3,7%</b>
Transferências Internas	6,6	2,4	42,1	N/D
<b>Total</b>	<b>1.242,9</b>	<b>1.369,9</b>	<b>1.381,3</b>	<b>0,8%</b>

Memoria:

Activos Financeiros (Agrupamento 09)	148,1	140,5	73,9
Passivos Financeiros (Agrupamento 10)	12,6	12,1	29,0
<b>TOTAL</b>	<b>160,7</b>	<b>152,6</b>	<b>102,9</b>

Fonte: SIGO

#### OBSERVAÇÕES:

- a) No IFAP, o orçamento foi expurgado o montante de 2.051,2 M€ relativo a operações extra-orçamentais (essencialmente ajudas diretas no âmbito do 1º Pilar da PAC)
- b) Não se encontram considerados os valores respeitantes a ativos e passivos financeiros nas dotações para 2013 (referem-se essencialmente a empréstimos e outras operações reembolsáveis, bem como a amortizações dos empréstimos).
- c) O orçamento de 2012 não inclui os congelamentos entretanto determinados pelo Ministério das Finanças para o Orçamento PIDDAC – Receitas Gerais



## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

### 1.2.3. ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS – EPR

As EPR (nos termos do nº 5 do artigo 2ª da Lei do Enquadramento Orçamental – Lei n.º 55/2011, de 13 de outubro), registam um decréscimo de 6,9% face à dotação inicial do ano de 2012

### 1.3. ANÁLISE DO ORÇAMENTO GLOBAL, POR AGRUPAMENTO DE DESPESA

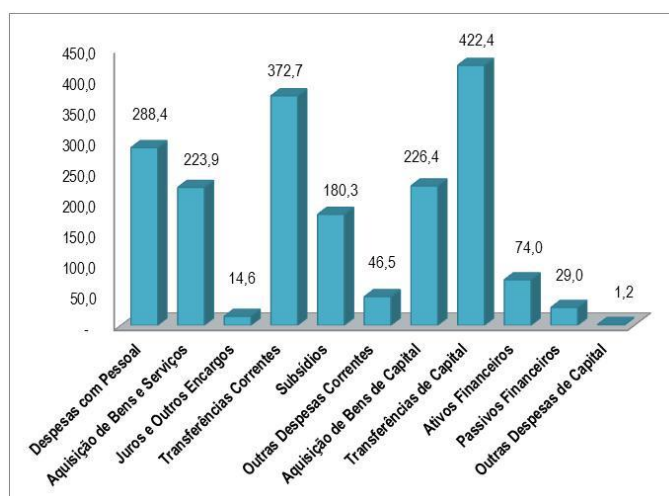
Analisando o orçamento inicial, por agrupamento de despesa, verifica-se que apresentam maior peso as despesas com pessoal com cerca de 15,4% do orçamento, as transferências correntes com 19,8% e as de capital com 22,5%, conforme quadro e gráfico *infra*.

Unid: M€

Agrupamento	Designação	Total Geral
01	Despesas com Pessoal	288,4
02	Aquisição de Bens e Serviços	223,9
03	Juros e Outros Encargos	14,6
04	Transferências Correntes	372,7
05	Subsídios	180,3
06	Outras Despesas Correntes	46,5
07	Aquisição de Bens de Capital	226,4
08	Transferências de Capital	422,4
09	Ativos Financeiros	74,0
10	Passivos Financeiros	29,0
11	Outras Despesas de Capital	1,2
<b>Total Geral</b>		<b>1.879,4</b>

Fonte: SIGO

### DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO POR AGRUPAMENTO DE DESPESA



### 2. INVESTIMENTO DO MAMAOT

#### 2.1. ENQUADRAMENTO

Para 2013 foi alocada ao Investimento uma dotação de **158,7 M€** representando cerca de **38%** do *plafond* atribuído em sede de Receitas Gerais (Componente OE) ao MAMAOT.

O Orçamento de Investimento para 2013, nas áreas da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, foi elaborado tendo em vista prosseguir os objectivos consagrados no Programa do Governo, sendo de destacar:

- ✓ As políticas públicas no âmbito do **sector Agro-florestal** visando o crescimento económico sustentável, a criação de emprego e a coesão territorial. Asseguram-se as dotações nacionais com contrapartidas internas dos fundos comunitários dos vários programas e projectos co-financiados que conduzirão designadamente à execução do PRODER nos seus projetos de apoio a este sector, bem como de investimento no regadio, e de medidas de proteção fitossanitária das florestas. Para além disso, asseguram-se as dotações dos vários projectos de financiamento exclusivamente nacional considerados prioritários, nomeadamente, o SIPAC, Linhas de Crédito e controlo de resíduos nas matérias-primas de origem animal.
- ✓ No **sector do Mar**, tendo por base a Política Marítima Integrada da União Europeia como matriz orientadora da Estratégia Nacional para o Mar, promover-se-á a competitividade e o desenvolvimento sustentável do sector da pesca, assegurando as dotações nacionais necessárias à absorção dos fundos comunitários disponíveis para a execução da Política Comum de Pesca, preconizada no PROMAR, incluindo a Organização Comum do Mercado, o Controlo e a fiscalização da pesca e a Recolha de Dados. Será, também, executado um conjunto de programas nacionais de que se destaca a simplificação processual e a melhoria dos sistemas de informação e comunicações (VTS). Prosseguir-se-á a reestruturação no domínio da segurança e dos serviços marítimos, iniciando-se um sistema de gestão para a qualidade das atividades operacionais, nomeadamente dragagens e Intervenções de emergência nos Portos do Norte, Centro e Sul e a aquisição de um Navio Oceânico.
- ✓ No domínio da gestão estratégica do **Ambiente**, destacam-se o início da execução da política climática “pós-2012” e da Diretiva Europeia de Emissões Industriais; a revisão do Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental; e o novo ciclo de planeamento de recursos hídricos. Será promovida a melhoria do licenciamento ambiental *online* (SILIAMB) e será desenvolvida a identificação do potencial da economia verde em Portugal, com interesse para as oportunidades de exportação. A aprovação do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020) e a Avaliação do progresso da execução da Estratégia Nacional de Adaptação às alterações Climáticas (EN AAC) assumem relevância no âmbito da Gestão Estratégica do Ar e do Clima. Em matéria de política de água destaca-se o desenvolvimento de ações para a redução da vulnerabilidade e do risco nas zonas costeiras, através da execução do Plano de Ação do Litoral (PAPVL 2020). O aumento das taxas de cofinanciamento comunitário no âmbito da reprogramação do QREN permitiu reforçar os valores

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

adstritos ao programa do Eixo Ambiente com uma redução da despesa nacional estimada no montante de 25 M€.

- ✓ No âmbito do **Ordenamento do Território**, para além da revisão dos instrumentos legais de base, destaca-se a prossecução da execução do cadastro predial geométrico, de acordo com uma abordagem mais expedita e menos onerosa. Assim, permitir-se-á maior celeridade e menores encargos no processo e levantamento cadastral do território nacional, com uma forte poupança. Tal representará um valor acrescentado para a definição e adoção de políticas de ordenamento do território e, em particular, em matéria de prevenção e combate a incêndios florestais. No âmbito da habitação, não obstante a redução do financiamento de programas via orçamento de Estado, salienta-se o esforço de reabilitação do parque habitacional do IHRU, nomeadamente no quadro do acordo celebrado com o BEI.

O OE para o ano de 2013 do MAMAOT corresponde ao Programa Orçamental P010 – Agricultura e Ambiente.

Este Programa desenvolve-se por 16 medidas, sendo 3 no âmbito dos “Serviços Gerais da Administração Pública”, 4 no âmbito dos “Habitação e Serviços Colectivos”, 5 no âmbito da “Agricultura Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca”, 1 no âmbito da “Indústria e Energia”, 1 no âmbito dos “Transporte e Comunicações” e 2 no âmbito de “Outras Funções Económicas”, envolvendo um total de 231 projectos.

O orçamento do MAMAOT, na sua componente de Investimento, integra 22 serviços, 5 SI, 11 SFA e 6 EPR. Estas últimas entidades foram integradas pela primeira vez no OE/2012 no sector público administrativo (SPA) nos termos da Lei do Enquadramento Orçamental (LEO).

A redução do número de serviços (29%) face ao ano anterior (11 SI, 14 SFA e 6 EPR) deve-se ao processo de reestruturação do MAMAOT decorrente da execução do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC).

O investimento do MAMAOT conta com as seguintes entidades responsáveis e respectivo número de projectos inscritos no orçamento:

- SI – 48 projetos:

DGAV 1, DGPM 6, DGRM 28, DGT 12 e GPP 1;

- SFA – 135 projetos:

APA, I.P. 68, CCDRN 6, CCDRC 6, CCDRLVT 6, CCDRALT6, CCDRALG 8, ICNF 1, IFAP 21, IHRU 5, INIAV 2 e IPMA 8.

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

- EPR - 48 projetos:

POLIS da Costa da Caparica, SA – 8; Polis Litoral Norte, SA 5; Polis Litoral Ria de Aveiro, SA – 9; Polis Litoral Ria Formosa, SA – 11; Polis Litoral Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, SA - 11; e VIANAPOLIS, SA – 4.

### 2.1.1. PROJETOS DE INVESTIMENTO – AGRICULTURA E FLORESTAS

Como instrumento de política tem papel de destaque o **Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 – PDR C (PRODER)**, através da execução das medidas, relativas ao reforço da competitividade do sector agrícola e florestal, à promoção e sustentabilidade do espaço rural e dos recursos naturais e à revitalização económica e social das zonas rurais. A despesa pública PRODER, incluindo o valor do Financiamento Comunitário é de **630,3 M€**.

O orçamento de Investimento deste Programa teve em conta todos os contextos de evolução da componente de co-financiamento comunitário, pelo que ficou definido na proposta de Lei do OE para 2013 a **possibilidade de reforço** até ao montante de **50 M€** a par de outros reforços com origem no **IVV (1 M€)** e do Fundo Português do Carbono (**FPC**) (**3,1 M€**).

O PRODER será executado de modo a assegurar o aproveitamento integral das dotações comunitárias disponíveis, sendo garantidas as necessárias contrapartidas nacionais e tendo em consideração as alterações das taxas de co-financiamento comunitárias. Em simultâneo a gestão do programa fará em permanência a manutenção da *operação limpeza* que permitirá maximizar a utilização das verbas existentes, nomeadamente para as medidas relacionadas com os jovens agricultores e investimento em explorações agrícolas. Dar-se-á sequência aos investimentos em regadio procurando, no caso de Alqueva manter o objectivo da sua concretização em 2015.

Merece, igualmente, referência o **Programa da Rede Rural Nacional (RRN)**, tendo por objectivo a promoção da transferência de boas práticas e novos conhecimentos para os agentes de desenvolvimento rural, bem como, incentivar a cooperação entre intervenientes e entre territórios, sendo a sua gestão efectuada em conjunto com a gestão do PRODER. A despesa pública do PRRN, se se considerar o valor do FC registado em operações extra-orçamentais (1,2 M€) é de **2,7 M€**.

O apoio ao sector terá em conta outras medidas, em consonância com os objectivos definidos, destacando-se, entre outras, as medidas já desenvolvidas em anos anteriores:

- ✓ O “Plano Nacional de Controlo de Resíduos nas Matérias – Primas de Origem Animal” (0,5 M€ de despesa pública);

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

- ✓ As medidas de protecção fitossanitária, com relevo para a erradicação da doença do Nemátodo do Pinheiro, através do Programa “PROLUNP” - Programa Nacional de Luta Contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (3,5 M€ de despesa pública);
- ✓ As Linhas de Crédito de “Apoio ao Sector Agrícola, Florestal e Agro-alimentar”, “Apoio ao Sector Pecuária Intensiva” e “ Apoio à Atividade Agro-Alimentar – Curto Prazo” (4,0 M€ de despesa pública);

### 2.1.2. PROJETOS DE INVESTIMENTO – MAR

Em termos genéricos, a estratégia de desenvolvimento no sector das pescas, refletida no Orçamento de 2013, será conduzida de modo a:

- ✓ Garantir a execução do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR), principal instrumento dinamizador do sector da pesca, onde se enquadram investimentos destinados a melhorar a competitividade e sustentabilidade das empresas, nomeadamente através da aposta na inovação, no aumento e diversificação da produção aquícola, na melhoria da eficiência energética, bem como em investimentos destinados a promover o desenvolvimento das zonas de pesca costeiras através da criação de atividades complementares da pesca que contribuam para a economia regional;
- ✓ Promover o investimento nas áreas de tecnologias de informação, fundamentais para dar cumprimento a obrigações europeias, nomeadamente no que se refere ao Sistema de Informação e Comunicações – VTS; ao Sistema de Informação Eletrónica que inclui o “Plano Nacional de Navios em Dificuldade”, e ainda ao Sistema Integrado de Informação das Pescas (SI2P) que suporta os módulos aplicativos correspondentes a áreas operativas do setor, e os módulos do sistema de gestão e comunicações dos vários programas cofinanciados, assegurando, assim, a produção da informação estatística do setor da pesca, que incumbe à DGRM enquanto órgão delegado do INE;
- ✓ Reforçar a investigação científica promovendo o alargamento do conhecimento do meio marinho tendo em vista nomeadamente, a obtenção de informação de suporte às decisões de gestão do mar e das atividades que nele se desenvolvem. Serão reforçados os meios disponíveis e estimulado o desenvolvimento de programas de investigação em articulação com os operadores do sector produtivo;
- ✓ Promover o desenvolvimento, conservação e ordenamento de várias estruturas portuárias, reduzindo o permitindo melhores condições de operacionalidade e segurança nos portos, e núcleos de recreio e, ao mesmo, reduzindo o impacto ambiental.

Privilegiaram-se as dotações referentes às medidas com apoios europeus, quer estas se insiram no PROMAR, (cofinanciadas pelo Fundo Europeu para a Pesca -FEP), quer sejam medidas cofinanciadas através de outros regulamentos, como seja o Reg. (CE) n.º 861/2006, de 22 de Maio, que apoia financeiramente a execução da Política Comum das Pescas (PCP), nomeadamente o “Programa Nacional de Recolha de Dados” (0,485 M€ de despesa pública) desenvolvido pela DGRM, o “Programa Nacional de Amostragem Biológica” (2,0M€ de despesa pública) da responsabilidade do IPMA e, ainda, o projeto “Integração de Sistemas de Controlo da Atividade da Pesca (1,451 M€ de despesa pública) que se destina ao controlo e fiscalização da atividade da

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

pesca. Destaca-se, também, ao nível do reforço da investigação científica a “Aquisição de um Navio Oceânico de Investigação” (9,95 M€ de despesa Pública), de modo a dotar o IPMA de meios adequados às funções que lhe incumbem e, também, projetos da responsabilidade do IPMA como a “Instalação de Radar Meteorológico na Região Norte” (1,9M€ de despesa pública) e a “Atualização de Sistemas de Informação e Arquivo de Dados” (1,4 M€ de despesa pública).

Complementarmente, os Projetos não Co-financiados visam, fundamentalmente, assegurar as dotações necessárias ao cumprimento de compromissos assumidos a nível europeu, como sejam o caso dos Projetos: Desenvolvimento do MONICAP/SIFICAP” (0,5 M€ de despesa pública), essencial à atividade de controlo e vigilância, bem como o projeto “Racionalização dos Serviços de Administração das Pescas” (0,605 M€ de despesa Pública), responsável pelo sistema de gestão e de comunicações dos programas cofinanciados, inseridos no Sistema Integrado de Informação das Pescas (SI2P). Acrescem, ainda, os projetos relativos a intervenções nos portos de pesca da responsabilidade da DGRM, com destaque pelo seu valor, para o projeto “Dragagens e Intervenções de Emergência nos Portos do Norte, Centro e Sul” (3,30M€) e o projeto “Intervenções de Beneficiação nos Portos do Sul” (1,0 M€).

### 2.1.3. PROJETOS DE INVESTIMENTO – AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Relativamente aos investimentos que materializam os objectivos definidos nesta área, muitos na continuidade de medidas desenvolvidas em anos anteriores, há lugar ao destaque dos seguintes:

#### *Ambiente*

- ✓ No domínio dos recursos hídricos, conclusão do Plano Nacional da Água e efetuada uma harmonização com o Planos intersectoriais;
- ✓ Conclusão física dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) / Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH);
- ✓ Operacionalização do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água e Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica;
- ✓ Elaboração de planos estratégicos de proteção e valorização dos grandes rios;
- ✓ Ações para a Redução da vulnerabilidade e risco de pessoas, bens, ambiente e património, em particular as cheias, secas, riscos costeiros e segurança de barragens, nomeadamente elaboração das cartas de risco e dos planos de gestão de riscos de inundações, mapeamento e Gestão de Riscos de Cheias e Secas, medidas de Segurança de Barragens e Plano Nacional de Observação de Barragens e Planos de Emergência Internos
- ✓ Continuação da implementação do Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR).

#### *Ordenamento do território*

- ✓ Prossecução da execução do cadastro predial geométrico; abrangendo também as áreas de elevado risco de incêndio florestal;

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

- ✓ Participação no “SINERGIC – Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral” (0,8 M€ de despesa pública).
- ✓ Continuidade execução seletiva dos Programas Polis Litoral dando prioridade a acções que se prendem com questões de segurança e intervenções que visem a protecção da orla costeira.

### 2.2. QUADROS SÍNTESE

Os quadros seguintes permitem observar os valores alocados ao Investimento do MAMAOT, nas suas várias áreas de intervenção, quer em termos de dotação exclusivamente nacional, quer em termos da contribuição comunitária e da despesa pública global, bem como a comparação dos valores inscritos no orçamento em 2012 e 2013.

Do *plafond* atribuído ao MAMAOT em 2013 foi alocado à componente Investimento **158,7M€**, sendo o correspondente valor em 2012 de **162M€**, o que representa um decréscimo da ordem dos 2,1%, na continuação do esforço de contenção da despesa pública.

De referir que o Programa P010, da responsabilidade do MAMAOT, é aquele cujo FN permite gerar o maior investimento público global (**881 M€** – orçamento ajustado), cerca de 4,2 vezes, ocupando o 1.º lugar, quando comparado com o Investimento dos programas dos restantes ministérios.

O Financiamento Comunitário previsto, no valor de **671 M€**, representa 46,4% do valor do FC da componente de Investimento de todos os programas orçamentais (**1.446 M€**).

O Investimento global, em Despesa Pública, dos programas e projetos cofinanciados é de **838,1 M€**, correspondente a **92,8%** da despesa total (**903,2 M€**). A dotação nacional associada à contrapartida interna (CI), considerando as Receitas Gerais (componente OE) e as Receitas Próprias (159,6 M€) permite alavancar uma despesa pública 5 vezes superior.

Dos programas cofinanciados (excluindo dotações registadas em operações extraorçamentais-IFAP) destacam-se o PRODOR (588,2M€), o PROMAR (37,1M€) (excluindo dotações registadas em operações extraorçamentais-IFAP), os PO Regionais com um valor global de 61,4M€, com relevo para o do Norte (18,3 M€) e do Centro (17,9M€) e, ainda, o PO Valorização do Território - Fundo de Coesão (116,5M€).

A par das medidas contempladas nos Programas acima referidos existem ainda outras medidas de apoio na área de intervenção do MAMAOT, financiadas por verbas exclusivamente nacionais, sendo de destacar, pelo seu impacto financeiro, o valor atribuído ao SIPAC com 7,0M€ e aos projetos associados às Linhas de Crédito ao apoio do sector agrícola, com cerca de 4,0M€.

Na área do ambiente salientam-se os investimentos que se prendem, fundamentalmente, com a segurança de barragens, com a estabilização de arribas, com a execução medidas resultantes da Lei da Água, com intervenções em diversas infra-estruturas no domínio hídrico, com intervenção na área dos resíduos perigosos,

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

bem como, diversas intervenções na vertente da conservação da natureza. Ressalta, ainda, o investimento a realizar no âmbito do cadastro predial para áreas com elevado risco de incêndio florestal.

No âmbito do ordenamento do território são de destacar os investimentos nas áreas da reabilitação urbana, que assume um papel estratégico, e do realojamento, bem como os investimentos promovidos pelos Programas POLIS, sobressaindo nestes últimos os POLIS Ria Formosa (37,0M€ de despesa pública), Litoral Ria de Aveiro (31,5M€ de despesa pública), Norte (28,4M€ de despesa pública) e Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (21,6M€ de despesa pública). Os PO que concentram maior nível de investimento, em termos de despesa pública, são o PO Valorização do Território – Fundo de Coesão (116,5M€ de despesa pública), o PO Regionais Norte (18,3M€), o PO Regional Centro (17,9M€) e os PO Regional do Algarve e do Alentejo (ambos com 12,0M€).

Numa análise por entidade, destaca-se pelo seu peso no investimento global do ministério o IFAP, I.P. (69,1%), a APA, I.P., a POLIS Litoral Ria Formosa (4,1%), a POLIS Litoral Ria Aveiro (3,5%) e a POLIS Litoral Norte (3,2%), a POLIS Litoral Sul (2,4%), a CCDRN (2%), o IHRU (1,9%), o IPMA, I.P. (1,8), a DGRM (1,6%), a DGT (1,5%). Todos os restantes serviços/entidades têm um peso inferior a 1% no total da Despesa Pública associada ao investimento do Programa Orçamental.

No investimento global os SFA e EPR representam 96,0%, cabendo nestes 14,1% às EPR. Os SI representam os restantes 4,0%, sendo a DGRM e a DGT os serviços que tem maior representatividade.

Efectuada uma análise comparativa dos orçamentos iniciais de 2013 e 2012 verifica-se um decréscimo de cerca de 16,9% no total do financiamento nacional, e de 7,8% no financiamento comunitário, o que representa 10,3% da despesa pública. Estes valores não incluem as operações extra-orçamentais, isto é, o financiamento comunitário que não está refletido nos quadros em análise, pois esses valores vão ter reflexo nas entidades públicas que são destinatárias finais. Este facto tem influência nas diferenças verificadas entre a variação do financiamento nacional e comunitário, nomeadamente no PRODOR.



# ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

## MAMAOT - OE 2013 - SÍNTESE DO INVESTIMENTO (DESPESA PÚBLICA) POR PROGRAMA

Unid.: Euro

PROGRAMAS / PROJECTOS	CAP. 50 OE					OUTRAS FONTES			TOTAL INVESTIMENTO
	Receitas Gerais	Não Cofinanc.	Contrapart. Interna	AutoFin. Contrapart. Interna	Desp. C.I.C. R. Comunit.	Autofinanciamento		Subv. Comunit. (Sem Agrup 12)	
						Não Cofinanc.	Contrap. Interna		
(1)	(2)=(3+4)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
<b>I - AGRICULTURA</b>									
1 - PRODER E RRN - REDE RURAL NACIONAL (FEADER)	100.570.001	6.623.741	93.946.260	0	4.709.000	0	0	484.465.566	589.744.567
PRODER	100.070.001	6.508.361	93.561.640	0	4.709.000	0	0	483.462.474	588.241.475
RRN	500.000	115.380	384.620	0	0	0	0	1.003.092	1.503.092
2 - OUTROS PROJETOS COFINANCIADOS	470.000	0	470.000	0	0	0	0	3.000.000	3.470.000
3 - PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS	14.667.039	14.667.039	0	0	0	0	0	0	14.667.039
<b>TOTAL AGRICULTURA</b>	<b>115.707.040</b>	<b>21.290.780</b>	<b>94.416.260</b>	<b>0</b>	<b>4.709.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>487.465.566</b>	<b>607.881.606</b>
<b>II - MAR</b>									
1 - PROMAR - FEP	8.298.850	123.355	8.175.495	0	2.445.025	0	1.854.819	24.460.633	37.059.327
2 - OUTROS PROJETOS COFINANCIADOS	3.730.422	211.358	3.519.064	0	1.304.146	0	0	13.858.553	18.893.121
3 - PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS	11.164.950	11.164.950	0	0	0	0	0	0	11.164.950
<b>TOTAL MAR</b>	<b>23.194.222</b>	<b>11.499.663</b>	<b>11.694.559</b>	<b>0</b>	<b>3.749.171</b>	<b>0</b>	<b>1.854.819</b>	<b>38.319.186</b>	<b>67.117.398</b>
<b>III - AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E EPR</b>									
<b>FEDER - PO REGIONAIS</b>									
1 - FACTORES DE COMPETITIVIDADE (F.F. 212/412)	1.052.212	0	1.052.212	0	808.970	0	633.825	3.258.987	5.753.994
2 - FEDER PO VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO (F.F. 413)	8.000	0	8.000	0	0	0	0	72.000	80.000
3 - FEDER PO REGIONAL NORTE (F.F. 414)	1.403.093	0	1.403.093	0	0	0	2.370.476	14.488.451	18.262.020
4 - FEDER PO REGIONAL CENTRO (F.F. 415)	270.002	0	270.002	0	0	0	6.283.131	11.396.329	17.949.462
5 - FEDER PO REGIONAL LISBOA (F.F. 416)	258.268	0	258.268	0	0	0	34.750	832.470	1.125.488
6 - FEDER PO REGIONAL ALENTEJO (F.F. 417)	338.424	0	338.424	0	0	0	4.257.997	7.408.538	12.004.959
7 - FEDER PO REGIONAL ALGARVE (F.F. 418)	405.444	0	405.444	0	0	0	4.962.625	6.660.956	12.029.025
8 - PO ASSISTÊNCIA TÉCNICA (F.F. 419)	471.321	0	471.321	0	0	0	0	2.670.815	3.142.136
<b>FEDER - COOPERAÇÃO</b>									
9 - FEDER COOP. INTERREGIONAL (F.F. 223/423)	56.735	0	56.735	0	168.677	0	0	1.580.884	2.030.351
10 - FEDER COOP. TRANSFRONTIÇA (F.F. 421)	214.845	0	214.845	0	0	0	0	117.000	342.412
11 - FEDER COOP. TRANSNACIONAL (F.F. 422)	9.210	0	9.210	0	0	0	0	890.278	899.488
<b>FUNDO COESÃO</b>									
12 - F. COESÃO - PO VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO (F.F. 233/433)	3.349.475	0	3.349.475	765.968	8.903.967	0	25.271.785	78.194.665	116.485.860
<b>OUTROS FUNDOS</b>									
13 - OUTROS (F.F. 280/480)	24.821	0	24.821	0	20.979	0	0	29.268	75.068
<b>PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS</b>									
14 - PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS	15.765.818	15.765.818	0	0	0	23.460.963	0	0	39.226.781
<b>TOTAL AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E EPR</b>	<b>23.627.668</b>	<b>15.765.818</b>	<b>7.861.850</b>	<b>765.968</b>	<b>9.902.593</b>	<b>23.460.963</b>	<b>43.814.589</b>	<b>126.593.363</b>	<b>228.165.144</b>
<b>TOTAL MAMAOT</b>	<b>162.528.930</b>	<b>48.556.261</b>	<b>113.972.669</b>	<b>765.968</b>	<b>18.360.764</b>	<b>23.460.963</b>	<b>45.669.408</b>	<b>652.378.115</b>	<b>903.164.148</b>

Fonte: SIGO

Nota:

A coluna (2) Receitas Gerais inclui transferências no valor de: 3 841 498 €

A coluna (7) Outras Fontes-Autofinanciamento não cofinanciado inclui um empréstimo do IHRU no montante de 5251591 €

A coluna (9) não inclui a dotação do Agrupamento 12, no valor total de 46 108 526 € de projetos do IFAP, I.P.O (PRODER 42 011 176 €; RRN 1 176 418€; PROMAR 2 413 951€ e REG. COM. 506 981€) correspondente a Operações Extra-Orçamentais.

# ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

## MAMAOT - OE 2013 - SÍNTESE DO INVESTIMENTO (DESPESA PÚBLICA) - POR SERVIÇO

Unid: Euro

PROGRAMAS / PROJECTOS	N.º PROJ.º	CAP. 39 OE					OUTRAS FONTES			TOTAL INVESTIMENTO
							Autofinanciamento		Subv. Comunit. (Sem Agrup 12)	
		Receitas Gerais	Não Cofinanc.	Contrapart. Interna	AutoFin. Contrapart. Interna	Desp. C/C. R. Comunit.	Não Cofinanc.	Contrap. Interna		
(1)	(2)	(3)=(4)+(5)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
<b>SERVIÇOS INTEGRADOS (SI)</b>										
DGAV	1	500.000	500.000	-	-	-	-	-	-	500.000
DGPM	6	500.000	129.100	370.900	-	1.298.600	-	-	-	1.798.600
DGRM	28	12.224.060	10.907.901	1.316.159	-	2.450.571	-	-	-	14.674.631
DGT	12	2.600.000	422.500	2.177.500	765.968	9.902.593	-	-	-	13.268.561
GPP	1	1.431.000	600.000	831.000	-	4.709.000	-	-	-	6.140.000
<b>TOTAL SI</b>	<b>48</b>	<b>17.255.060</b>	<b>12.559.501</b>	<b>4.695.559</b>	<b>765.968</b>	<b>18.360.764</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36.381.792</b>
<b>SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (SFA)</b>										
APA, I.P.	88	12.000.000	10.601.098	1.398.902	-	-	384.987	3.524.278	35.069.949	50.979.214
CCDR-ALG	8	446.084	-	446.084	-	-	-	-	1.741.885	2.187.969
CCDR-ALT	6	385.929	50.000	335.929	-	-	-	-	1.859.324	2.245.253
CCDR-C	6	592.881	-	592.881	-	-	-	-	3.236.054	3.828.935
CCDR-LVT	4	413.114	195.570	217.544	-	-	-	34.750	601.702	1.049.566
CCDR-N	6	2.693.010	-	2.693.010	-	-	-	-	15.185.726	17.878.736
ICNF	1	470.000	-	470.000	-	-	-	-	3.000.000	3.470.000
IFAP	21	120.286.040	20.195.152	100.090.888	-	-	-	-	503.742.942	624.028.982
IHRU	5	3.046.650	3.046.650	-	-	-	12.580.864	633.825	585.467	16.846.806
INIAV	2	350.000	350.000	-	-	-	-	-	-	350.000
IPMA	8	3.140.162	108.290	3.031.872	-	-	-	-	13.467.503	16.607.665
<b>TOTAL SFA</b>	<b>135</b>	<b>143.823.870</b>	<b>34.546.760</b>	<b>109.277.110</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.965.851</b>	<b>4.192.853</b>	<b>578.490.552</b>	<b>739.473.126</b>
<b>EMPRESAS PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR)</b>										
COSTA P	8	-	-	-	-	-	3.230.060	1.383.215	2.915.019	7.528.294
P LITORAL	5	-	-	-	-	-	1.149.256	7.711.086	19.578.931	28.439.273
P RIA AVEIRO	9	-	-	-	-	-	1.346.528	10.503.074	19.608.415	31.458.017
P RIA FORM	11	1.450.000	1.450.000	-	-	-	2.500.984	12.962.611	20.092.740	37.006.335
P SUD	11	-	-	-	-	-	1.003.995	8.916.569	11.692.458	21.613.022
VIANA P	4	-	-	-	-	-	1.264.289	-	-	1.264.289
<b>TOTAL EPR</b>	<b>48</b>	<b>1.450.000</b>	<b>1.450.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.495.112</b>	<b>41.476.555</b>	<b>73.887.563</b>	<b>127.309.230</b>
<b>TOTAL SFA + EPR</b>	<b>183</b>	<b>145.273.870</b>	<b>35.996.760</b>	<b>109.277.110</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.460.963</b>	<b>45.669.408</b>	<b>652.378.115</b>	<b>866.782.356</b>
<b>TOTAL MAMAOT</b>	<b>231</b>	<b>162.528.930</b>	<b>48.556.261</b>	<b>113.972.669</b>	<b>765.968</b>	<b>18.360.764</b>	<b>23.460.963</b>	<b>45.669.408</b>	<b>652.378.115</b>	<b>903.164.148</b>

Fonte: SIGO

Nota:

A coluna (3) Receitas Gerais inclui transferências no valor de: 3 841 498 Euros

A coluna (8) Outras Fontes - Autofinanciamento não cofinanciado inclui um empréstimo do IHRU no montante de 5 251 591 Euros

A coluna (10) não inclui a dotação do Agrupamento 12, no valor total de 46 108 526 € de projetos do IFAP, I.P.D (PRODER 42 011 176 €; RRN 1 176 418€; PROMAR 2 413 951€ e REG. COM. 506 981€) correspondente a Operações Extra-Orçamentais.

# ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

## MAMAOT - OE 2013 - SÍNTESE DO INVESTIMENTO (DESPESA PÚBLICA) POR MEDIDA

Unid: Euro

PROGRAMAS/ PROJETOS	CAP. 50 OE					OUTRAS FONTES			TOTAL INVESTIMENTO
						Autofinanciamento		Subv. Comunit. (Sem Agrup 12)	
	Receitas Gerais	Não Cofinanc.	Contrapart. Interna	AutoFin. Contrapart. Interna	Desp. C/C. R. Comunit.	Não Cofinanc.	Contrap. Interna		
(1)	(2)=(3)+(4)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
M001 SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	155.612	-	155.612	-	216.889	-	633.825	585.467	1.591.793
M003 SERV. GERAIS DA A.P. - COOPERAÇÃO ECONÓMICA EXTERNA	64.880	-	64.880	-	-	-	-	191.640	256.520
M004 SERV. GERAIS DA A.P. - INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE CARÁCTER GERAL	3.140.162	108.290	3.031.872	-	-	-	-	13.467.503	16.607.665
M028 HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	1.429.669	970.002	459.667	-	-	-	34.750	2.683.123	4.147.542
M030 HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - HABITAÇÃO	3.046.650	3.046.650	-	-	-	12.580.864	-	-	15.627.514
M031 HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	407.856	130.000	277.856	-	506.311	-	-	347.213	1.261.380
M033 HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS - PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	13.649.211	11.276.666	2.372.545	-	-	10.880.099	45.000.833	114.113.346	183.643.489
M040 AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV. CAÇA, PESCA - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	4.427.500	3.994.600	432.900	-	1.358.600	-	-	-	5.786.100
M041 AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV. CAÇA, PESCA - INVESTIGAÇÃO	350.000	350.000	-	-	-	-	-	-	350.000
M042 AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV. CAÇA, PESCA - AGRICULTURA E PECUÁRIA	114.887.040	20.940.780	93.946.260	-	4.709.000	-	-	484.465.566	604.061.606
M043 AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV. CAÇA, PESCA - SILVICULTURA	470.000	-	470.000	-	-	-	-	3.000.000	3.470.000
M045 AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV. CAÇA, PESCA - PESCA	15.501.560	7.371.773	8.129.787	-	2.290.571	-	-	19.277.376	37.069.507
M051 INDÚSTRIA E ENERGIA - COMBUSTÍVEIS, ELECTRICIDADE E OUTRAS FONTES DE ENERGIA	36.630	-	36.630	-	-	-	-	72.156	108.786
M057 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS	125.000	25.000	100.000	-	100.000	-	-	-	225.000
M063 OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - ADMINISTRAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	3.241.660	342.500	2.899.160	765.968	9.158.414	-	-	4.913.425	18.079.467
M065 OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	1.595.500	-	1.595.500	-	20.979	-	-	9.261.300	10.877.779
<b>TOTAL MAMAOT</b>	<b>162.528.930</b>	<b>48.556.261</b>	<b>113.972.669</b>	<b>765.968</b>	<b>18.360.764</b>	<b>23.460.963</b>	<b>45.669.408</b>	<b>652.378.115</b>	<b>903.164.148</b>

Fonte: SIGO

Nota:

A coluna (2) Receitas Gerais inclui transferências no valor de: 3 841 498 Euros

A coluna (7) Outras Fontes -Autofinanciamento não cofinanciado inclui um empréstimo do IHRU no montante de 5 251 591 Euros

A coluna (9) não inclui a dotação do Agrupamento 12, no valor total de 46 108 526 € de projetos do IFAP, I.P.O (PRODER 42 011 176 €; RRN 1 176 418€; PROMAR 2 413 951€ e REG. COM. 506 981€) correspondente a Operações Extra-Orçamentais.

# ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

MAMAOT - OE 2013 - SÍNTESE DO INVESTIMENTO (DESPESA PÚBLICA) POR PROGRAMA

QUADRO COMPARATIVO 2012 - 2013

Unid.: Euro

PROGRAMAS / PROJECTOS	2012			2013			VARIÇÃO (%)		
	FN (CAP.º 50 E OF)	FC (CAP.º 50 E OF)	D.P.	FN (CAP.º 50 E OF)	FC (CAP.º 50 E OF)	D.P.	FN (CAP.º 50 E OF)	FC (CAP.º 50/OF)	D.P.
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)	(9)	(10)
<b>AGRICULTURA</b>									
1 - PRODER E REDE RURAL NACIONAL - RRN (FEADER - F.F. 452)	101.230.985	506.610.954	607.841.939	100.570.001	489.174.566	589.744.567	-0,7	-3,4	-3,0
<i>PRODER</i>	99.930.985	506.481.847	606.412.832	100.070.001	488.171.474	588.241.475	0,1	-3,6	-3,0
<i>RRN</i>	1.300.000	129.107	1.429.107	500.000	1.003.092	1.503.092	-61,5	676,9	5,2
2 - OUTROS PROJETOS COFINANCIADOS	8.720.000	7.217.969	15.937.969	470.000	3.000.000	3.470.000	-94,6	-58,4	-78,2
3 - PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS	19.909.242		19.909.242	14.667.039	0	14.667.039	-26,3		-26,3
<b>TOTAL - AGRICULTURA</b>	<b>129.860.227</b>	<b>513.828.923</b>	<b>643.689.150</b>	<b>115.707.040</b>	<b>492.174.566</b>	<b>607.881.606</b>	<b>-10,9</b>	<b>-4,2</b>	<b>-5,6</b>
<b>MAR</b>									
1 - PROMAR - FEP	7.684.842	52.077.825	59.762.667	10.153.669	26.905.658	37.059.327	32,1	-48,3	-38,0
2 - OUTROS PROJETOS COFINANCIADOS	1.314.208	2.822.272	4.136.480	3.730.422	15.162.699	18.893.121	183,9	437,3	356,7
3 - PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS	1.450.000	0	1.450.000	11.164.950	0	11.164.950	670,0		670,0
<b>TOTAL - MAR</b>	<b>10.449.050</b>	<b>54.900.097</b>	<b>65.349.147</b>	<b>25.049.041</b>	<b>42.068.357</b>	<b>67.117.398</b>	<b>139,7</b>	<b>-23,4</b>	<b>2,7</b>
<b>III - AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E EPR</b>									
<b>FEDER - PO REGIONAIS</b>									
1 - FACTORES DE COMPETITIVIDADE (F.F. 212/412)-	1.206.084	2.139.606	3.345.690	1.686.037	4.067.957	5.753.994	39,8	90,1	72,0
2 - PO VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO (F.F. 213/413)	202.818	1.177.861	1.380.679	8.000	72.000	80.000	-96,1	-93,9	-94,2
3 - PO REGIONAL NORTE (F.F. 214/414)	7.998.233	18.804.058	26.802.291	3.773.569	14.488.451	18.262.020	-52,8	-23,0	-31,9
4 - PO REGIONAL CENTRO (F.F. 215/415)	1.966.162	26.467.188	28.433.350	6.553.133	11.396.329	17.949.462	233,3	-56,9	-36,9
5 - PO REGIONAL LISBOA (F.F. 416)	720.438	1.331.090	2.051.528	293.018	832.470	1.125.488	-59,3	-37,5	-45,1
6 - PO REGIONAL ALENTEJO (F.F. 417)	1.242.242	8.132.478	9.374.720	4.596.421	7.408.538	12.004.959	270,0	-8,9	28,1
7 - PO REGIONAL ALGARVE (F.F. 418)	9.563.005	34.603.508	44.166.513	5.368.069	6.660.956	12.029.025	-43,9	-80,8	-72,8
8 - PO ASSISTÊNCIA TÉCNICA (F.F. 419)	508.849	2.883.478	3.392.327	471.321	2.670.815	3.142.136	-7,4	-7,4	-7,4
<b>FEDER COOPERAÇÃO</b>	<b>341.055</b>	<b>2.049.299</b>	<b>2.390.354</b>	<b>280.790</b>	<b>1.749.561</b>	<b>2.030.351</b>	<b>-17,7</b>	<b>-14,6</b>	<b>-15,1</b>
9 - COOPERAÇÃO INTERREGIONAL (F.F. 223/423)	49.209	145.615	194.824	56.735	285.677	342.412	15,3	96,2	75,8
10 - COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA (F.F. 421)	282.156	1.060.028	1.342.184	214.845	573.606	788.451	-23,9	-45,9	-41,3
11 - COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL (F.F. 422)	9.690	843.656	853.346	9.210	890.278	899.488	-5,0	5,5	5,4
<b>FUNDO COESÃO - POVAL TER.</b>	<b>15.691.369</b>	<b>60.522.389</b>	<b>76.213.758</b>	<b>29.387.228</b>	<b>87.098.632</b>	<b>116.485.860</b>	<b>87,3</b>	<b>43,9</b>	<b>52,8</b>
12 - PO VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO (F.F. 233/433)	15.691.369	60.522.389	76.213.758	29.387.228	87.098.632	116.485.860	87,3	43,9	52,8
<b>OUTROS FUNDOS</b>	<b>53.418</b>	<b>490.691</b>	<b>544.109</b>	<b>24.821</b>	<b>50.247</b>	<b>75.068</b>	<b>-53,5</b>	<b>-89,8</b>	<b>-86,2</b>
14 - OUTROS (F.F. 280/480)	53.418	490.691	544.109	24.821	50.247	75.068	-53,5	-89,8	-86,2
<b>PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS</b>	<b>99.801.177</b>	<b>0</b>	<b>99.801.177</b>	<b>39.226.781</b>	<b>0</b>	<b>39.226.781</b>			
15 - PROJECTOS NÃO COFINANCIADOS	99.801.177	0	99.801.177	39.226.781	0	39.226.781	-60,7		-60,7
<b>TOTAL AMBIENTE E ORDEN. DO TERRITÓRIO E EPR</b>	<b>139.294.850</b>	<b>158.601.646</b>	<b>297.896.496</b>	<b>91.669.188</b>	<b>136.495.956</b>	<b>228.165.144</b>	<b>-34,2</b>	<b>-13,9</b>	<b>-23,4</b>
<b>TOTAL MAMAOT</b>	<b>279.604.127</b>	<b>727.330.666</b>	<b>1.006.934.793</b>	<b>232.425.269</b>	<b>670.738.879</b>	<b>903.164.148</b>	<b>-16,9</b>	<b>-7,8</b>	<b>-10,3</b>

Fonte: SÍGO

Nota: Os valores relativos ao FC não incluem operações extra-orçamentais

# ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

## 2.3. INVESTIMENTO – PRODER

### PRODER 2012 - 2013

Unid.: Euro

ENT. RESP.	COD. PROJ.	DESIGNAÇÃO	2012						2013						2012 - EXEC FACE À DOT. AJUST (%)		
			DOT. INICIAL			DOT. AJUSTADA			EXECUÇÃO ATÉ SETEMBRO			DOTAÇÃO INICIAL			FN	FC	DP
			FN	FC	DP	FN	FC	DP	FN	FC	DP	FN	FC	DP			
IFAP	05891	PRONÓCIO DA COMPETITIVIDADE	58.870.000	317.090.000	375.860.000	40.642.720	227.588.221	268.230.941	32.669.870	189.247.820	221.917.690	58.658.440	305.815.440	364.473.880	80,4	83,2	82,7
IFAP	06012	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	26.937.556	153.000.000	179.937.556	34.439.456	212.252.216	246.691.672	32.609.289	191.798.280	224.407.569	26.898.280	151.847.570	178.745.850	94,7	90,4	91,0
IFAP	06013	LEADER PDR	10.061.994	56.667.000	66.728.994	8.804.294	56.417.000	65.221.294	7.237.176	41.020.159	48.257.337	11.000.000	62.333.340	73.333.340	82,2	72,7	74,0
IFAP	06015	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PDR C. (PRODER) - GPP	2.630.450	6970.000	9.600.450	2.301.650	3.839.713	6.141.363	1.594.485	1.163.579	2.788.064	2.082.281	5.477.300	7.559.581	69,3	30,3	44,9
GPP	07955	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PDR C. (PRODER)	1.430.985	4.708.915	6.138.900	1.223.376	4.708.915	5.932.291	477.630	1.923.435	2.401.065	1.431.000	4.709.000	6.140.000	39,0	40,8	40,5
		<b>TOTAL PRODER</b>	<b>99.930.985</b>	<b>538.435.915</b>	<b>638.366.900</b>	<b>87.411.496</b>	<b>504.806.065</b>	<b>592.217.561</b>	<b>74.588.453</b>	<b>425.153.272</b>	<b>499.741.725</b>	<b>100.070.001</b>	<b>530.182.650</b>	<b>630.252.651</b>	<b>85,3</b>	<b>84,2</b>	<b>84,4</b>

Fonte: SIGO

Nota: O Financiamento Comunitário inclui a dotação inscrita em Operações Extra-Orçamentais - Agrupamento 12

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

### 2.4. ORÇAMENTO IFAP, IP

#### ORÇAMENTO DE DESPESA

		Unid: Euro
<b>FUNCIONAMENTO</b>		<b>44.230.360</b>
DESPESAS C/ PESSOAL		20.938.546
AQUISIÇÃO de BENS e SERVIÇOS		14.854.148
ENCARGOS CORRENTES da DÍVIDA - JUROS		6.000.000
OUTRAS DESPESAS		588.492
* Reserva	99.692	
* Outras	488.800	
AQUISIÇÃO de BENS de CAPITAL		532.174
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		75.000
CRÉDITO DIRECTO (DGT)		1.242.000
<b>OUTRAS AJUDAS NACIONAIS E COMUNITÁRIAS</b>		<b>149.967.666</b>
AJUDAS A PAGAR		149.467.666
* Transferências correntes	37.294.566	
* Subsídios	29.192.054	
* Reserva	847.524	
* Transferências de capital	82.133.522	
PASSIVOS FINANCEIROS		500.000
<b>FEAGA</b>		<b>151.417.073</b>
AJUDAS A PAGAR		151.417.073
* Transferências correntes	420.000	
* Subsídios	150.997.073	
<b>INVESTIMENTOS DO PLANO</b>		<b>624.028.982</b>
AJUDAS A PAGAR - FINANCIAMENTO NACIONAL		117.580.622
* Reserva		2.705.418
AJUDAS A PAGAR - FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO		503.742.942
<u><b>TOTAL DA DESPESA</b></u>		<u><b>969.644.081</b></u>
OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS		2.051.200.606
OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS - OUTRAS AJUDAS		13.186.153
OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS - FEAGA		691.905.927
OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS - INVESTIMENTOS DO PLANO		46.108.526
OPERAÇÕES ESPECIAIS do TESOURO (OET's)		1.300.000.000
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3.020.844.687</b>
Orçamento sem Activos e Passivos Financeiros		969.069.081
<i>Fonte: GPP/SIGO</i>		

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

### ORÇAMENTO DE RECEITA

	Unid: Euro
<b>FUNIONAMENTO</b>	<b>44.230.360</b>
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	0
RENDIMENTO da PROPRIEDADE	70.500
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	40.167.673
VENDA de BENS e SERVIÇOS	610.000
OUTRAS RECEITAS	2.085.187
VENDA de BENS de INVESTIMENTO	0
EMPRÉSTIMOS REEMBOLSADOS	75.000
CRÉDITO DIRECTO (DGT)	1.207.000
REPOSIÇÕES não ABATIDAS nos PAGAMENTOS	15.000
<b>OUTRAS AJUDAS NACIONAIS E COMUNITÁRIAS</b>	<b>149.967.666</b>
TAXAS	100.000
RENDIMENTO da PROPRIEDADE	60.000
TRANSFERÊNCIAS:	148.164.703
COMUNITÁRIAS (UE)	92.027.105
ADM. CENTRAL	27.299.590
REGIÕES AUTÓNOMAS	14.562.395
COMPANHIAS SEGURADORAS	3.705.000
OUTRAS	10.570.613
REPOSIÇÕES não ABATIDAS nos PAGAMENTOS	1.642.963
<b>FEAGA</b>	<b>151.417.073</b>
TRANSFERÊNCIAS	148.417.073
REPOSIÇÕES não ABATIDAS nos PAGAMENTOS	3.000.000
INVESTIMENTOS DO PLANO	624.028.982
TRANSFERÊNCIAS do OE/Cap. 50	120.286.040
TRANSFERÊNCIAS da UNIÃO EUROPEIA	503.742.942
<b><u>TOTAL DA RECEITA</u></b>	<b><u>969.644.081</u></b>
<b>OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS</b>	<b>2.051.200.606</b>
OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS - OUTRAS AJUDAS	13.186.153
OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS - FEAGA	691.905.927
OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTAIS - INVESTIMENTOS DO PLANO	46.108.526
OPERAÇÕES ESPECIAIS do TESOURO (OET's)	1.300.000.000
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.020.844.687</b>

Fonte: GPP/SIGO

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

### 3. RECURSOS HUMANOS

#### 3.1. ANÁLISE DOS EFETIVOS

O número total de efetivos no MAMAOT, a 30 de setembro de 2012, é de 10.574, representando uma quebra de 5,4 % em relação ao ano de 2010, conforme quadro *infra*.

Quando comparado com o final do ano de 2011, há um decréscimo de 103 trabalhadores. Contudo, este valor está enviesado pela integração do Instituto de Meteorologia e descontado esse efeito, regista-se uma redução de 401 trabalhadores (3,7%).

Uma comparação entre os efetivos existentes a 31 de dezembro de 2010 e a 30 de setembro de 2012, permite concluir que:

- ✓ os gabinetes dos membros do Governo reduziram o pessoal em 23,5% (28 pessoas);
- ✓ Nos serviços centrais essa redução foi de 7,4% enquanto nos serviços periféricos a redução foi de 5,8%;
- ✓ Nos serviços sob superintendência e tutela registou-se igualmente uma ligeira redução, pese embora a entrada de novos serviços,
- ✓ Nos restantes serviços/organismos registaram-se igualmente diminuições no número de efetivos.
- ✓ Apesar do decréscimo no número de efetivos do MAMAOT, verifica-se que há um reforço nas carreiras/categorias de técnicos superiores, inspetores e assistentes técnicos em resultado da integração de estruturas oriundas do MEE e MEC.

MAMAOT - EFETIVOS POR CARREIRA/CATEGORIA

carreira/categoria	2010	2011	2012*
Dirigentes	839	792	696
Tec. Superiores	4058	3936	4277
Inspectores	64	78	110
Ass. Tecnicos	3248	3064	3223
Ass. Operacionais	1800	1710	1655
Outros	1164	1097	613
<b>Totais</b>	<b>11173</b>	<b>10677</b>	<b>10574</b>

Fonte: SGMAMAOT/SIOE

observação: \* à data de 30-09-2012



# ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

MAMAOT- EFETIVOS POR SERVIÇO 2010 a 2012

Gabinete / Serviço / Organismo	2010	2011 (30.06.2011)	2011 (31.12.2011)	2012 (30-06-2012)	2012 (30-09-2012)
<b>GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO</b>		(Dados do XVIII Governo de 20-06-2011)			
MAMAOT	51	45	25	25	26
SEA	17	17	17	16	16
SEFDR	19	17	15	14	15
SEMAR	0	0	16	13	13
SEAOT	32	31	22	21	21
<b>Sub total</b>	<b>119</b>	<b>110</b>	<b>95</b>	<b>89</b>	<b>91</b>
<b>SERVIÇOS CENTRAIS</b>					
SG	167	165	143	132	129
IGAMAOT	145	136	148	149	147
GPP	215	209	206	185	152
DGAV	949	937	934	927	923
DGADR	302	297	280	277	276
DGPM	0	0	0	13	13
DGRM	139	138	137	127	126
DGT	311	308	302	298	292
GPIAM	0	0	0	0	3
<b>SUB Total</b>	<b>2228</b>	<b>2190</b>	<b>2150</b>	<b>2108</b>	<b>2061</b>
<b>SERVIÇOS PERIFÉRICOS</b>					
DRAPN	798	786	776	761	746
DRAPC	576	588	545	536	532
DRAPLVT	277	268	264	261	260
DRAPAL	381	367	345	348	348
DRAPALG	196	197	194	193	190
CCDR-N	307	306	299	300	298
CCDR-C	252	256	257	256	251
CCDR-LVT	199	205	198	188	185
CCDR-AL	214	205	197	197	195
CCDR-ALG	112	111	111	116	114
<b>Sub total</b>	<b>3.312</b>	<b>3.259</b>	<b>3.186</b>	<b>3.156</b>	<b>3.119</b>
<b>ORGANISMOS SOB SUPERINTENDÊNCIA E TUTELA</b>					
IFAP, I.P.	676	687	681	647	641
ICNF, I.P.	1.527	1.578	1.506	1.441	1.432
APA, I.P.	861	853	837	780	799
IVV, I.P.	58	58	55	57	57
IVDP, I.P.	159	157	153	148	144
INIAV, I.P.	972	926	906	876	713
IPMA, I.P.*	0	0	0	0	459
IHRU, I.P.	296	279	271	262	259
<b>Sub total</b>	<b>4.549</b>	<b>4.538</b>	<b>4.409</b>	<b>4.211</b>	<b>4.504</b>
<b>ENTIDADE ADMINISTRATIVA INDEPENDENTE</b>					
ERSAR	62	63	67	65	65
<b>ORGÃOS CONSULTIVOS</b>					
CNA	3	3	3	3	3
CNADS	4	4	4	3	3
<b>Sub total</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
<b>OUTRAS SITUAÇÕES / ESTRUTURAS</b>					
QET	32	32	31	31	31
SME	713	667	631	606	599
EMEPC**	0	26	26	22	22
MFEEE	0	0	0	3	3
POVT	77	0	0	0	0
PRODER	56	57	57	57	57
PROMAR	15	15	14	13	13
POLIS	3	4	4	3	3
<b>Sub total</b>	<b>896</b>	<b>801</b>	<b>763</b>	<b>735</b>	<b>728</b>
<b>T O T A L</b>	<b>11.173</b>	<b>10.968</b>	<b>10.677</b>	<b>10.370</b>	<b>10.574</b>
<b>Efetivos oriundos de outros Ministérios</b>					
* IM - MEC (IPMA)	331	316	298	298	0
** EMAM-MDN (EMEPC)	32	0	0	0	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>11.536</b>	<b>11.284</b>	<b>10.975</b>	<b>10.668</b>	<b>10.574</b>

Fonte: SGMAMAOT/SIOE

Observação:

(1) Na elaboração do quadro foi utilizado o Critério SIOE, o qual é restrito aos trabalhadores em efetividades de funções nos Serviços, não considerando para este efeito as ausências prolongadas

(2) Não foram considerados no SIOE MAMAOT, 11 efetivos do LNEG, a transitar para o IPMA, bem como 355 efetivos do IPTM a transitar para a DGRM, todos registados no SIOE do MEE.

(3) Os Gabinetes dos membros do Governo contemplam Chefe de Gabinete, Adjuntos, técnicos especialistas, secretárias pessoais, pessoal de apoio técnico-administrativo, pessoal auxiliar e motoristas.

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

### 3.2. CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM SME

A 30 de setembro de 2012, o número total de trabalhadores do MAMAOT colocados em Sistema de Mobilidade Especial (SME) era de 2.119, cuja evolução é explicitada no quadro *infra*.

	Ano						total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Colocação de trabalhadores em SME	1445	417	249	30	5	1	2147
Anulação de colocações em SME	20	3	4	1			28
<b>Total de trabalhadores em SME</b>	<b>1425</b>	<b>414</b>	<b>245</b>	<b>29</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2119</b>

Fonte: SGMAMAOT/SIOE

O quadro *infra*, evidencia a distribuição por carreiras/categorias, onde se constata que do número total de trabalhadores colocados em SME (2.119), cerca de 77% pertenciam às categorias e carreiras de assistente técnico e operacional.

De referir que em 30 de setembro de 2012, o total dos trabalhadores em SME era de 599, sendo que 84,8% estão inseridos na categoria/ categoria de assistente técnico e assistente operacional.

Carreira/Categoria	Nº trabalhadores colocados em SME até à data	%	Nº de trabalhadores à data de 30.09.2012 em SME	%
Técnico Superior	425	0,2	80	13,4%
Assistente Técnico	719	0,3	164	27,4%
Assistente Operacional	957	0,5	349	58,3%
Outros	18	0,0	6	1,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2119</b>	<b>100</b>	<b>599</b>	<b>100</b>

Fonte: SGMAMAOT/SIOE

### 3.3. DIRIGENTES PRÉ E PÓS PREMAC

O PREMAC, no MAMAOT, originou uma significativa reorganização das estruturas, proporcionando sinergias, de que resultou uma diminuição global de 17 entidades, acompanhada de uma redução de 221 cargos dirigentes (menos 24% em relação à anterior legislatura), conforme quadro *infra*.

DIRIGENTES ANTES DO PREMAC									DIRIGENTES PÓS PREMAC									DIFERENCIAL		
Organismos ex-MAMAOT	Dirigente superior		Sub-total	Dirigente Intermédio			Sub-total	total de dirigentes	Organismos MAMAOT	Dirigente superior		Sub-total	Dirigente Intermédio			Sub-total	total de dirigentes	dirigente superior	dirigente intermédio	total
	1º	2º		DS	CD	eq. Mult				1º	2º		DS	CD	eq. Mult./nu cl Temp					
<b>TOTAIS</b>	46	86	132	209	573	39	821	953	<b>totais</b>	33	61	94	156	439	40	635	729	-38	-186	-224

Fonte: SGMAMAOT

## ORÇAMENTO DO MAMAOT PARA 2013

### 3.4. CONTRATOS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O número de contratos e prestações de serviços existentes no MAMAOT é de 326, dos quais 78 contratos de prestação de serviços e 248 contratados a termo. Do total dos contratos a termo, a esmagadora maioria, cerca de 82%, é financiada por fundos europeus destinando-se a assegurar a gestão dos programas comunitários, conforme quadro *infra*.

tipo de contrato	a termo certo	a termo incerto	prestação de serviços
totais	8	240	78

Fonte: SGMAMAOT

### 3.5. APOSENTAÇÕES

O número de aposentações no MAMAOT, em 2010 e em 2011 é de 554 e 555, respetivamente. Até 30 de setembro de 2012, o número de aposentações cifrou-se em 288, de um conjunto de 439 pedidos apresentados conforme se pode constatar no quadro *infra*.

carreira/categorias	2010	2011	2012*
Dirigentes	27	22	11
Tec. Superiores	175	197	90
Inspectores	9	2	0
Ass. Tecnicos	181	180	110
Ass. Operacionais	125	106	52
Outros	37	48	25
<b>Totais</b>	<b>554</b>	<b>555</b>	<b>288</b>

observação: \* à data de 30-09-2012